

Vantagens começam no segundo ano

O acordo de princípio que o Brasil fechou ontem com os banqueiros internacionais é produto de uma decisão tomada debaixo de intensa pressão, em dezembro, pela equipe econômica brasileira. Até então, o Brasil insistia em subordinar a discussão dos juros atrasados a renegociação sobre o reescalonamento do principal da dívida brasileira, de US\$ 60 bilhões. As negociações ameaçavam empacar. Os bancos se recusavam a prosseguir na conversa com o Brasil sem antes tocar e resolver os atrasados. A pressão em cima de Brasília veio pelas instituições multilaterais e governos de países industrializados, que a partir do final do ano passado passaram a defender, inequivocamente, a posição dos banqueiros. O grau máximo de tensão aconteceu em final de novembro.

No final do ano, o Brasil decidiu que era melhor recuar e discutir a questão dos atrasados em separado. "E aí finalmente a coisa andou", conta uma fonte próxima as negociações. A mesma fonte acredita que, por um lado, o governo Collor cavou sua própria sepultura na questão da renegociação dos atrasados e o reescalonamento do principal da dívida. Toda a estratégia da negociação estava baseada na suposição de que o governo conseguiria equilibrar suas contas, conter a inflação e iniciar de forma avassaladora seu programa de privatização. "A comunidade financeira internacional, de certo modo, esperou que o governo cumprisse suas promessas e acelerasse as reformas necessárias a liberalização da economia", diz esta mesma fonte.

De fato, o Fundo Monetário Internacional, por exemplo, embora se recusasse a assinar uma carta de intenções com o Brasil, também não fazia qualquer crítica violenta ao governo. Os países industrializados, depois de ensaiarem algumas pressões, também ficaram quietos, esperando que o Brasil cumprisse suas promessas. "Afinal, o programa do governo Collor é ambicioso e ele precisa de tempo para funcionar", dizia à época — setembro — um funcionário do governo americano.

Os resultados da aplicação do programa econômico mostrados no final do ano, porém, fizeram com que a

paciência da comunidade financeira internacional se esgotasse. As pressões começaram a ceder e o Brasil teve que descolar a discussão do principal das negociações sobre os atrasados.

O acordo conseguido ontem é, de certo modo, inovador. "Nunca países se sentam com banqueiros para conversar sobre dívida com sua situação de pagamento correntes", analisa uma pessoa familiarizada com as negociações do Brasil. "Quando eles renegociam atrasados, em geral o fazem apenas para discutir a melhor maneira de cumprir o que já está em contrato. No caso do Brasil, não".

O que não quer dizer, necessariamente, que o acordo é vantajoso para o país. Num primeiro momento, ele vai representar um impacto de caixa violento — o Brasil vai precisar desembolsar US\$ 900 milhões imediatamente, e mais US\$ 1,1 bilhão até o fim do ano, divididos em oito prestações. "O impacto nas reservas será considerável e o governo vai precisar administrá-las muito bem".

Portanto, além de recuar para renegociar os atrasados, o governo Collor vai ter que engulir uma amarga pílula, que de certo modo vai contra o conceito que o Brasil mais defendeu ao longo destes seis meses de negociação — o de limites de pagamentos. Em princípio, o Brasil não queria desembolsar para os bancos estrangeiros mais do que US\$ 400 milhões de dólares este ano.

Se o acordo é ruim no primeiro ano, é muito bom ao longo dos outros nove anos em que vigora. A carência para o pagamento dos 75% restantes é de três anos. Depois no quarto ano, o país começa a desembolsar apenas 1% a cada amortização do que ainda deverá nesta área — US\$ 6 bilhões. No segundo ano, a amortização passa a ser de 4% e assim sucessivamente até que, no sétimo ano depois do período de carência, o Brasil estará pagando 12% dos US\$ 6 bilhões.

Os juros sobre os US\$ 6 bilhões restantes também são bons para o Brasil. Nos três primeiros anos de carência, são fixos. Depois, flutuam, mas com um teto máximo. De uma certa maneira, para fechar este acordo o Brasil contou também com a avidez com que os bancos americanos estão precisando de dinheiro. Premidos por balanços anuais que, graças a péssimas decisões de investimento e a debacle do mercado imobiliário, colocam sob ameaça a saúde do sistema financeiro americano, os bancos resolveram abocanhar o possível.